

Alto preço da saúde terceirizada

Promotoria denuncia irregularidades na concessão de hospital público de Formosa para entidade privada e pede anulação do contrato

Beth Veloso
Da equipe do **Correio**

O atendimento público de saúde em Formosa, a quase 100 quilômetros do Distrito Federal, foi parar no banco dos réus. Não porque um paciente tenha morrido na fila ou por um deslize fatal de algum doutor. O que está em jogo é um patrimônio público avaliado em mais de R\$ 5 milhões. A Promotoria de Justiça do Estado de Goiás instaurou inquérito civil público para apurar irregularidades no contrato de concessão do hospital municipal, firmado entre a prefeitura e uma entidade privada no final do ano passado.

Inaugurado em 1996, o hospital foi entregue, um ano depois, por meio de licitação, para a Associação dos Aposentados e Idosos de Formosa. A entidade passou a cobrar pelo atendimento para pacientes que recebessem mais de um salário mínimo. A consulta, mesmo que seja para fazer um simples curativo, custa R\$ 20. Mas a promotoria acre-

dita que o contrato de concessão, com validade de duas décadas, na verdade não tem validade nenhuma.

“Existem ali uma série de irregularidades que podem levar à anulação do contrato”, diz o promotor Celso Leardini, responsável pelo inquérito. “Não foram respeitados os princípios básicos do direito administrativo”, explica. Pelo contrato, a prefeitura isenta a associação do pagamento de impostos, além de ceder ambulâncias e equipamentos médicos, o que só seria possível com autorização da Câmara Municipal — que foi negada.

Em outro artigo, o promotor encontrou um exemplo típico de cláusula leonina, aquela que só beneficia uma das partes. Quem romper o contrato terá de pagar multa de R\$ 2 milhões. “É um absurdo. O poder público tem o direito de rever seus atos a qualquer instante. E dá a entender que, já que a entidade não tem patrimônio, só quem paga é o município e que a associação está torcendo para que tudo dê errado”, avalia Celso Leardini.

SEM CRITÉRIOS

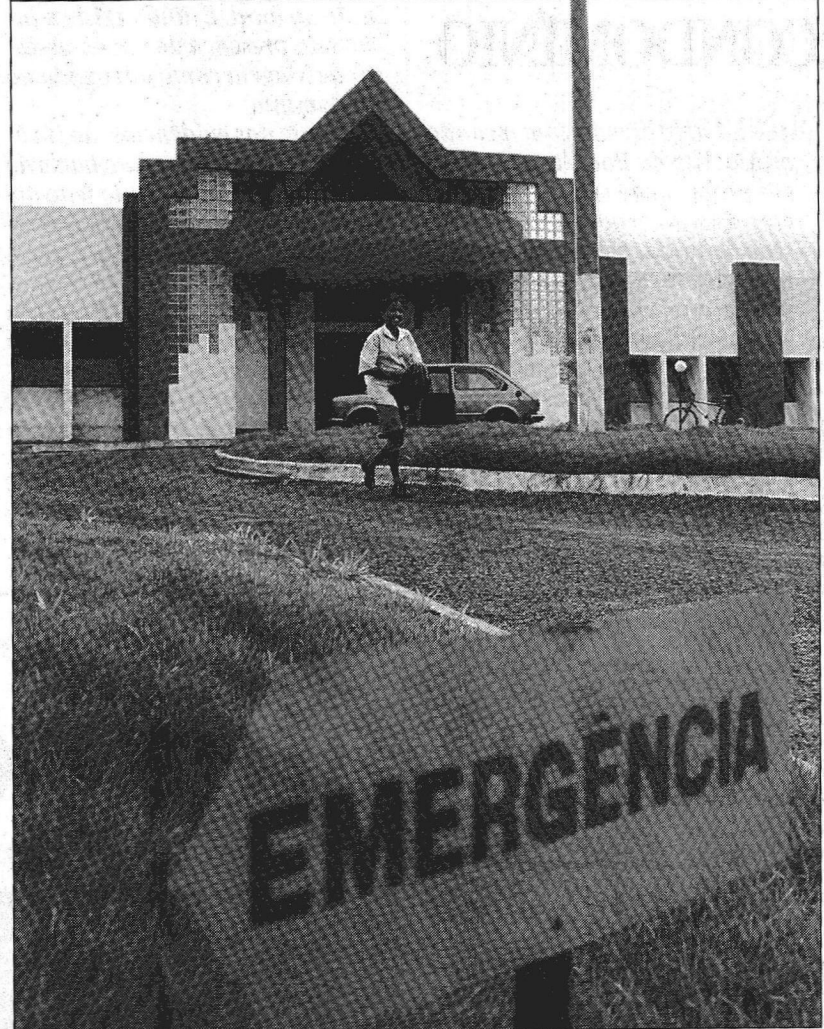
O Ministério Público também contesta a falta de critérios na escolha de quem vai tratar da saúde de uma população de quase 100 mil habitantes. “A associação nunca atuou na área de saúde, não tem a mínima capacitação ao que se propõe”, diz o promotor.

Também é ilegal o artigo no qual a prefeitura se compromete a repassar a verba do Sistema Único de Saúde (SUS) para a associação. “É verba da União, com fins específicos”, explica Celso Leardini.

O mais grave não é o embate jurídico, mas a restrição ao atendimento médico-hospitalar. Segundo o presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Municipal, vereador Waldemar Maciel (PMDB), o hospital deixou de ser público. “Não está tendo atendimento gratuito. Só mediante pagamento de R\$ 20 ou duplicata”, afirma.

A cobrança, garante o promotor, é ilegal. “O cidadão tem direito de ser atendido pelo SUS se ele quiser, tenha ele dinheiro ou não”, diz. Celso Leardini pretende concluir o inquérito em 30 dias e poderá pedir à Justiça a anulação da concessão. Nesse caso, o hospital voltará para as mãos do município. Procurada pelo **Correio**, a assessoria do prefeito Jair de Paiva (PPB) não retornou a ligação.

Jorge Cardoso



No único hospital público de Formosa, paciente só consulta se pagar R\$ 20